



Susana Clemente,
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território ~
clemente.susana@gmail.com

Áreas Protegidas: reconversão do espaço rural?

Paisagem, Património e Desenvolvimento

Resumo: Uma das questões que se tem colocado a propósito da crescente identificação social e institucional entre ambiente, natureza e rural é a criação de áreas protegidas como forma de reverter o espaço rural.

A construção de uma ruralidade que integre novas noções de protecção e conservação da natureza articula-se com o reconhecimento da multifuncionalidade do espaço rural, fruto das suas transformações. O reconhecimento dessa multifuncionalidade põe a tónica num duplo movimento: por um lado as áreas rurais especializam-se não apenas a partir das suas dinâmicas particulares e características intrínsecas, mas também pelas possibilidades de atracção que oferecem em termos simbólicos, económicos e sociais e, por outro, diversificam-se na partição e complementaridade das suas funções – simbólica, produtiva, de reserva espacial e de reserva ambiental.

A hipótese de que às diferenças territoriais correspondem diferentes graus de aceitação e eficácia das políticas de conservação da natureza está na origem desta investigação. Tomando como caso de estudo três parques naturais situados na região do Alentejo, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), o Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM) e o Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG), propõe-se analisar se a criação de áreas protegidas nestas três regiões do Sul do país se traduz num mesmo processo de reconversão do espaço rural.

Palavras-Chave: Espaço rural, reconversão, áreas protegidas.

1. Introdução

A argumentação central deste trabalho é a de que a reconversão do espaço rural, através da valorização da componente ambiental, não é um processo linear. As áreas protegidas são disso exemplo: populações e órgãos locais ora protagonizam focos de resistência devido às restrições que as áreas protegidas implicam no usufruto dos territórios onde residem, ora as percebem como alternativa de desenvolvimento.

Defende-se a perspectiva de que a aceitação da criação de áreas protegidas em espaços rurais, por parte das populações e órgãos locais, depende do contexto demográfico e socioeconómico dos territórios onde as mesmas vão ser criadas, efeito da diversidade que lhes é intrínseca.

- Em áreas rurais recuadas e deprimidas a criação de uma área protegida é aceite pelas populações locais e órgãos do poder local como motor de um desenvolvimento que se pretende sustentável;
- Em regiões já tocadas pela urbanização o maior obstáculo à criação da área protegida são as pressões urbano-turísticas, com as populações e órgãos do poder local a reivindicarem modelos de desenvolvimento que pouco têm a ver com a noção de sustentabilidade.

Apesar de características comuns – espaços sociais rurais desfavorecidos, caracterizados por baixas densidades populacionais, com diversas formas de povoamento, apresentando amplas paisagens de dominante não construída, onde se verifica um acentuado envelhecimento demográfico e nos quais a população apresenta níveis bastante baixos de qualificação escolar; espaços marcados pela dependência económica e simbólica de formas de exploração do recursos naturais e pela quebra da agricultura enquanto actividade principal – as diferenças entre as três regiões são notórias tanto em termos geográficos, como demográficos, como socio-económicos.

A forma como nas três regiões foi acolhida a criação dos respectivos parques naturais e se tem reagido à sua implementação é indiciadora da forma como se desenrolam os processos de reconversão destes espaços.

2. As Regiões e os Parques Naturais

O Alentejo é uma região profundamente marcada pelas actividades ligadas ao sector primário, nomeadamente a agricultura, hoje em crise, e onde existem problemas identificados ao nível das estruturas demográficas, sociais e económicas. A desestruturação do tecido económico e social da região, derivada, em parte, da perda de importância económica da agricultura, tem dado origem a movimentos migratórios internos, contribuindo para o decréscimo populacional e

consequente envelhecimento demográfico. No entanto, devido às suas configurações espaciais internas bastante diferenciadas, é possível encontrar no Alentejo variações a estes processos, constituindo as regiões onde se encontram inseridos os parques naturais em análise exemplo disso mesmo.

Ao longo das últimas duas décadas o Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, a Serra de São Mamede e o Vale do Guadiana têm-se caracterizado por perdas (em termos naturais) acentuadas de população¹.

Quadro 1 - População total por região 1981, 1991 e 2001

<i>Regiões\Anos</i>	1981	1991	2001
Sudoeste Alentejano	52.297	49.533	50.320
Serra de São Mamede	41.225	38.352	37.270
Vale do Guadiana	32.477	27.720	25.435

Fonte: XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, INE

Tal como no restante território do Alentejo, estamos perante uma economia bastante frágil, fortemente dependente da Administração Central e de fundos estruturais da UE, caracterizada, entre outros aspectos, por fraco dinamismo, pela reduzida diversidade dos sectores produtivos e pela debilidade da estrutura empresarial que não tem conseguido fixar as suas populações.

Os resultados da evolução intercensitária mostram que o movimento total da população acompanha a tendência do movimento natural. Por outras palavras, verifica-se perda de população de um momento censitário para o outro. A única excepção encontra-se no Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, onde de 1991 para 2001, há um crescimento total positivo.

Quadro 2 - Crescimento Censitário (ri) e Crescimento Total (tci) 1981-1991 e 1991-2001

<i>Regiões\Ano</i>	Ri 1981-91	Ri 1991-01	Tci 1981-91	Tci1991-01
Sudoeste Alentejano	-0,537	0,159	-5,29	1,59
Serra de São Mamede	-0,714	-0,288	-6,97	-2,82
Vale do Guadiana	-1,559	-0,865	-14,65	-8,24

Fonte: XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, INE

¹Em termos gerais, as três regiões estudadas apresentam-se escassamente povoadas, nelas residindo, em 2001, apenas cerca de 1,1% da população do Continente e 14,5% da população do Alentejo.

O saldo migratório tem tido um efeito positivo na dinâmica populacional das três regiões, já que permitiu atenuar o crescimento negativo² da população da década de 1981-1991 para a década de 1991-2001.

Quadro 3 - Saldo Migratório e Taxa de Crescimento Migratório 1981-1991 e 1991-2001

Áreas\Ano	SM 1981-91	TCM 1981-91 (%)	SM 1991-01	TCM 1991-01 (%)
Sudoeste Alentejano	-2200	-4,32	3572	7,15
Serra de São Mamede	-2123	-5,34	1239	3,28
Vale do Guadiana	-3433	-11,41	210	0,79

Fonte: XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, INE; Estatísticas Demográficas de 1981 a 2000, INE

No entanto, apesar de na última década o saldo migratório das três regiões ter sido positivo, apenas no Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina permitiu compensar o crescimento natural negativo, talvez por ser das três regiões analisadas aquela que em termos económicos tem maior capacidade de atracção de população, ou não estivesse ela própria localizada no litoral.

² Este crescimento natural negativo deve-se sobretudo ao aumento das taxas brutas de mortalidade, também influenciadas pelo envelhecimento das populações.

Figura 1 - Estrutura Etária do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina - 1981

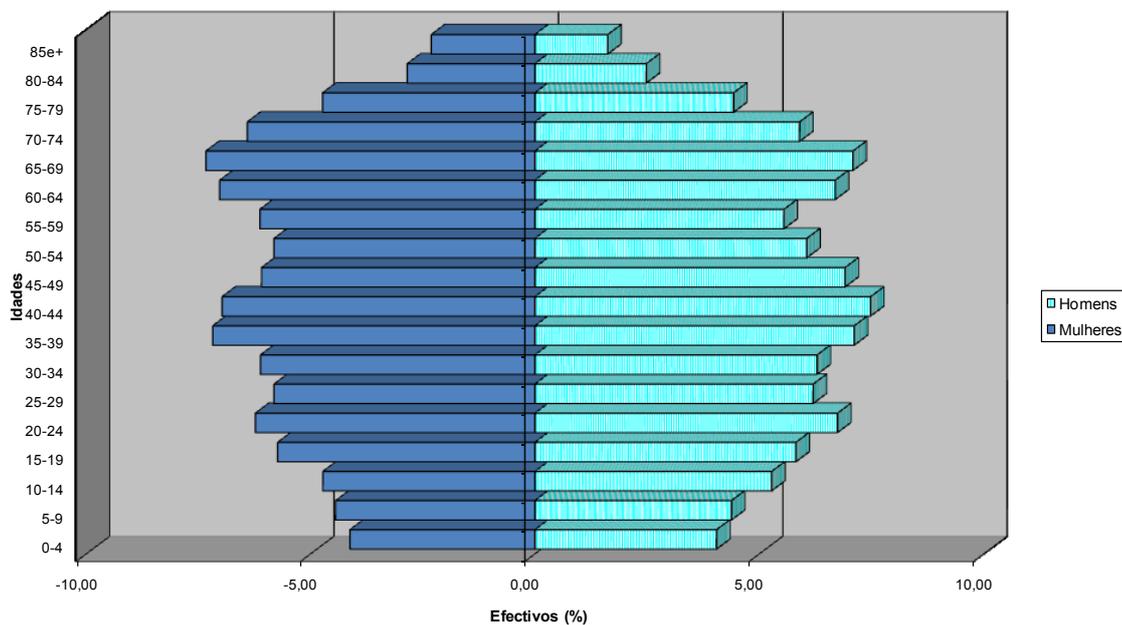
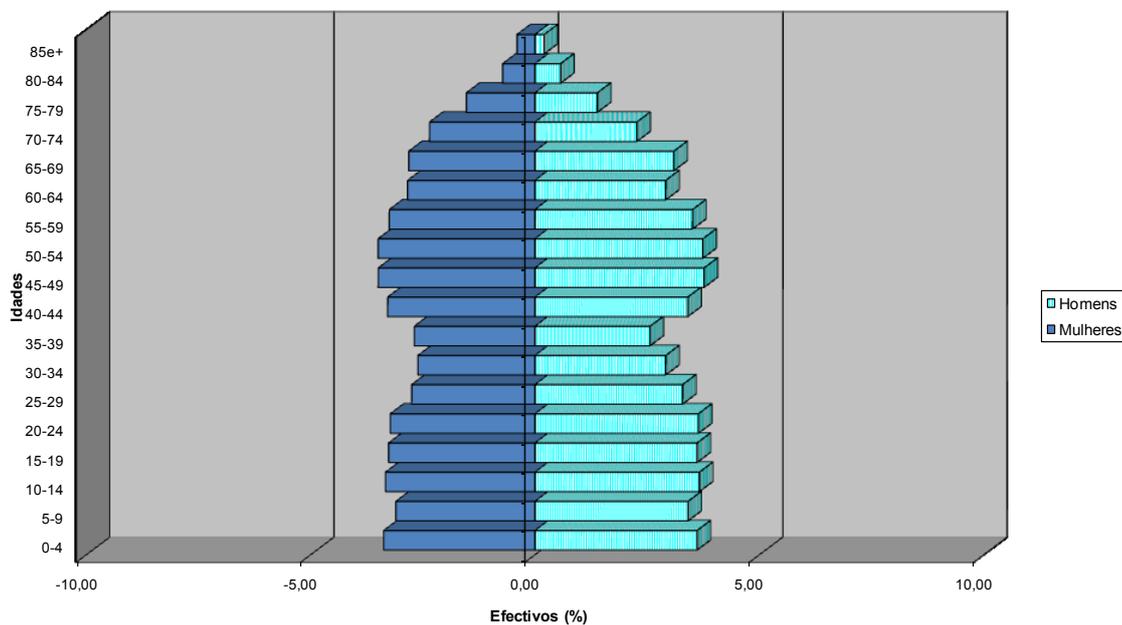


Figura 2 - Estrutura Etária do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina - 2001

Figura 3 - Estrutura Etária da Serra de São Mamede - 1981

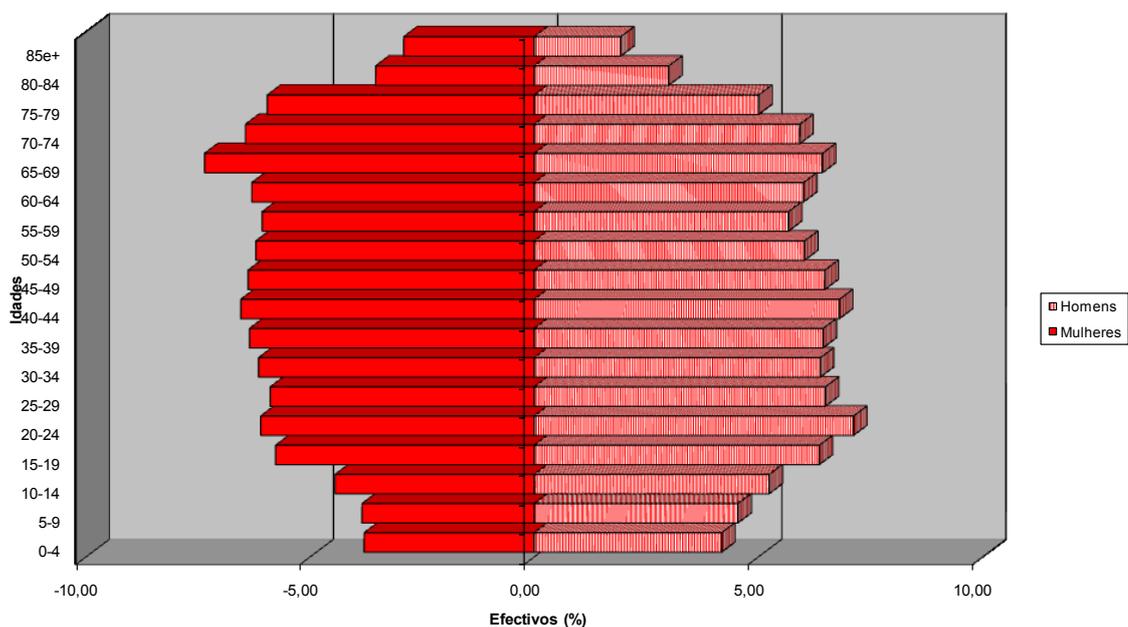
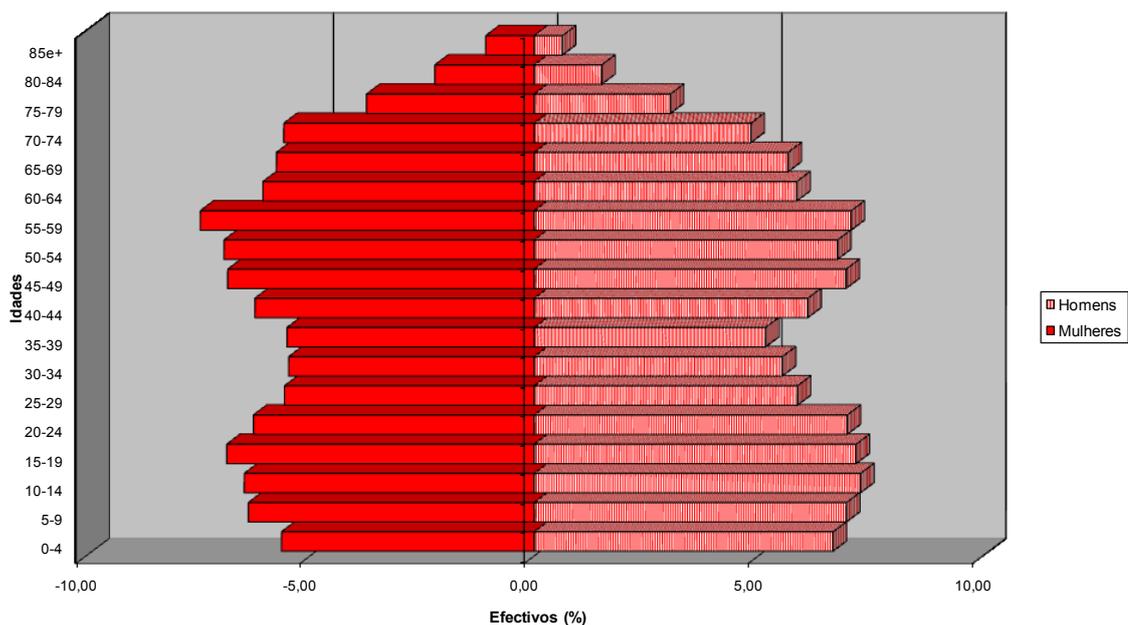


Figura 4 - Estrutura Etária da Serra de São Mamede - 2001

Figura 5 - Estrutura Etária do Vale do Guadiana - 1981

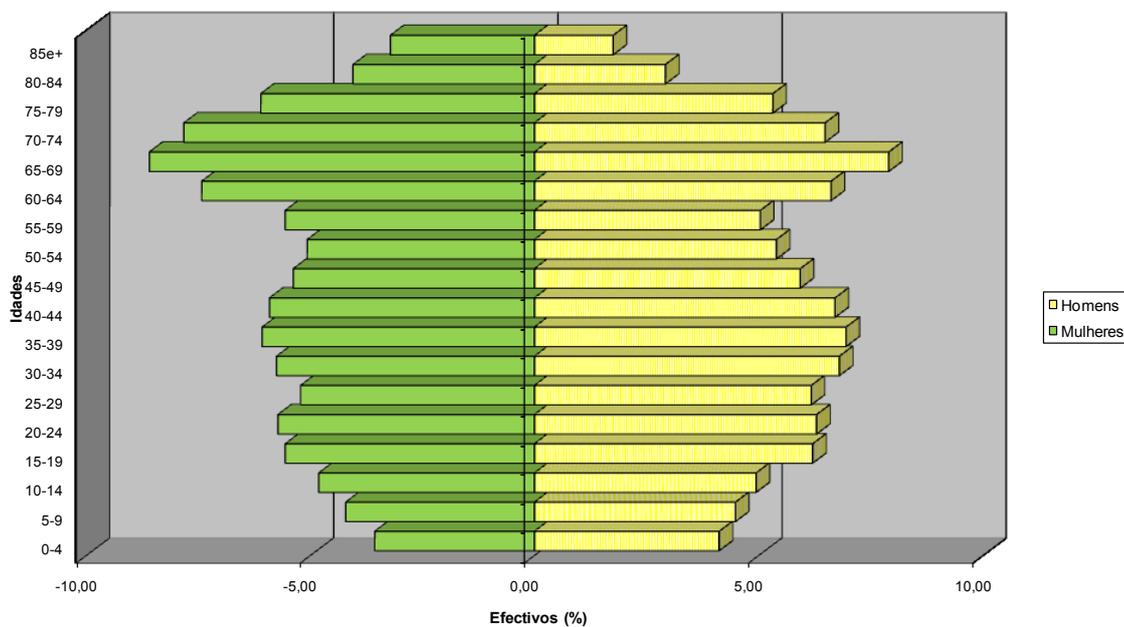
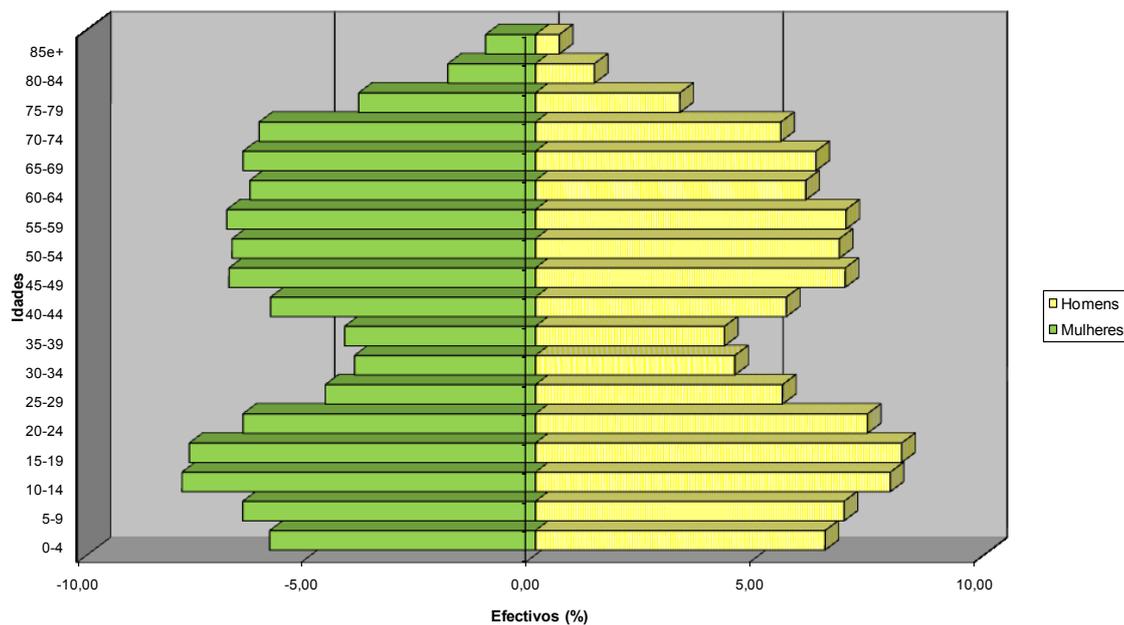


Figura 6 - Estrutura Etária do Vale do Guadiana - 2001

Analisando em conjunto a estrutura etária da população nas três regiões, verifica-se que o Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina é a região que apresenta a estrutura populacional menos envelhecida e a do Vale do Guadiana a mais envelhecida.

O Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina regista, em 2001, a menor proporção de idosos e simultaneamente a maior proporção de jovens. Em oposição, o Vale do Guadiana apresenta a maior proporção de idosos e a menor proporção de jovens. No entanto, o fenómeno de envelhecimento demográfico é uma realidade nas três regiões³, na medida em que, de 1981 a 2001, a proporção de idosos tem vindo a aumentar e a proporção de jovens tem vindo a decrescer. No mesmo sentido, verifica-se que a dependência dos jovens face aos adultos activos tem vindo a diminuir e a dos idosos tem vindo a crescer.

A existência de classes ocas muito acentuadas no grupo dos adultos activos poderá ser o resultado de saídas populacionais em termos migratórios, na medida em que a procura de emprego fora da região se apresenta como a solução para a empregabilidade da população activa. Estes movimentos migratórios representam um decréscimo absoluto dos adultos activos, que se traduz, por sua vez, na redução do peso da população jovem e no aumento da proporção de idosos. Neste contexto, os fluxos migratórios em direcção ao exterior poderão comprometer o reequilíbrio da estrutura demográfica e, conseqüentemente, a capacidade endógena de desenvolvimento socio-económico.

Tal como no restante território nacional, a tendência é a da terciarização do emprego. O sector primário perdeu grande parte da sua importância dando espaço a actividades na área do comércio e serviços, principalmente ligadas ao Turismo – uma das potencialidades que parece ser a aposta de desenvolvimento das três regiões⁴.

Ao nível do sector secundário apesar da zona envolvente de Portalegre se apresentar como um centro industrial bastante proeminente, ainda é o complexo de Sines que funciona como “o” pólo industrial do Alentejo.

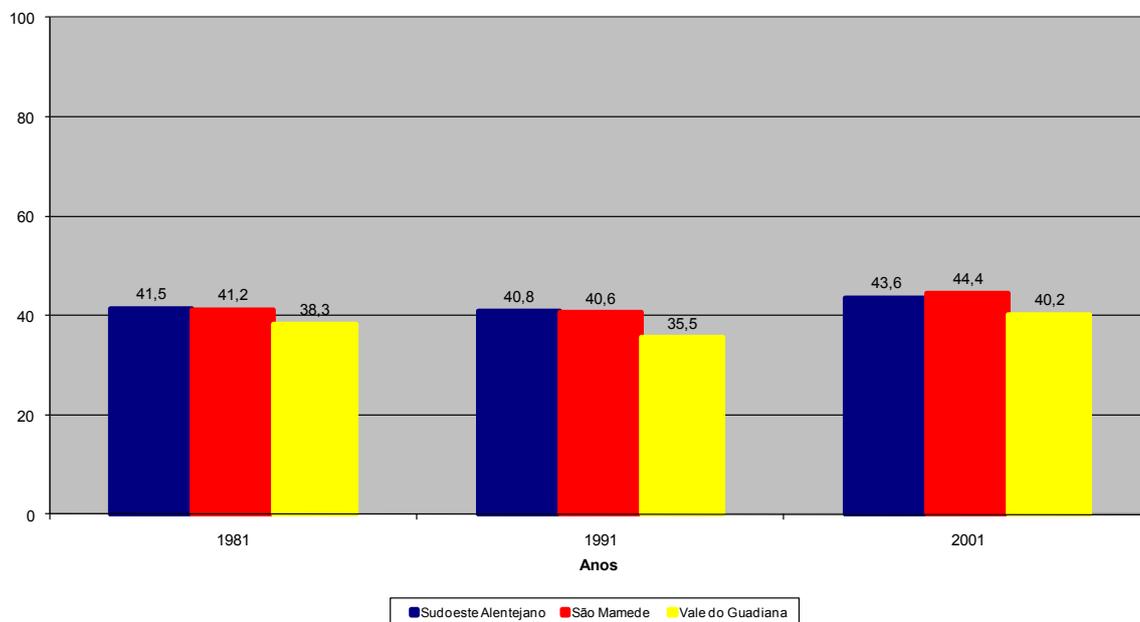
Estas actividades têm-se traduzido no aumento, principalmente de 1991 para 2001, da

³ Em 2001, por cada 100 jovens existiam 22,55 idosos no Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, 24,28 na Serra de São Mamede e 27,09 no Vale do Guadiana (cálculos efectuados com base no XIV Recenseamento Geral da População).

⁴ A título de exemplo, em 1981, no Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, 44,2% da população empregada trabalhava no sector primário, passando para 15,7% em 2001. Em 1981, na Serra de São Mamede, 43,7% da população empregada trabalhava no sector terciário, atingido os 68,4% em 2001 - valores acima dos verificados no Alentejo (60,1%) e no Continente (59,7%) no mesmo período. (Cálculos efectuados com base no XII e XIV Recenseamento Geral da População).

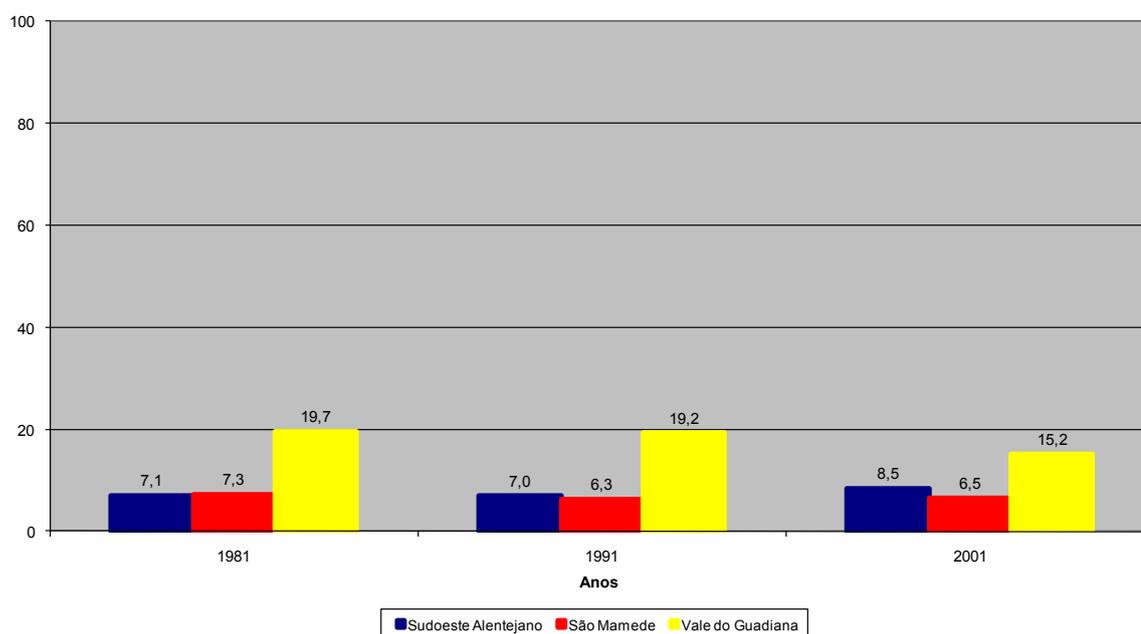
taxa de actividade nas três regiões. No entanto, a região de São Mamede é a região que apresenta a taxa de actividade mais elevada.

Figura 7 – Evolução da Taxa de Actividade por região 1981, 1991 e 2001



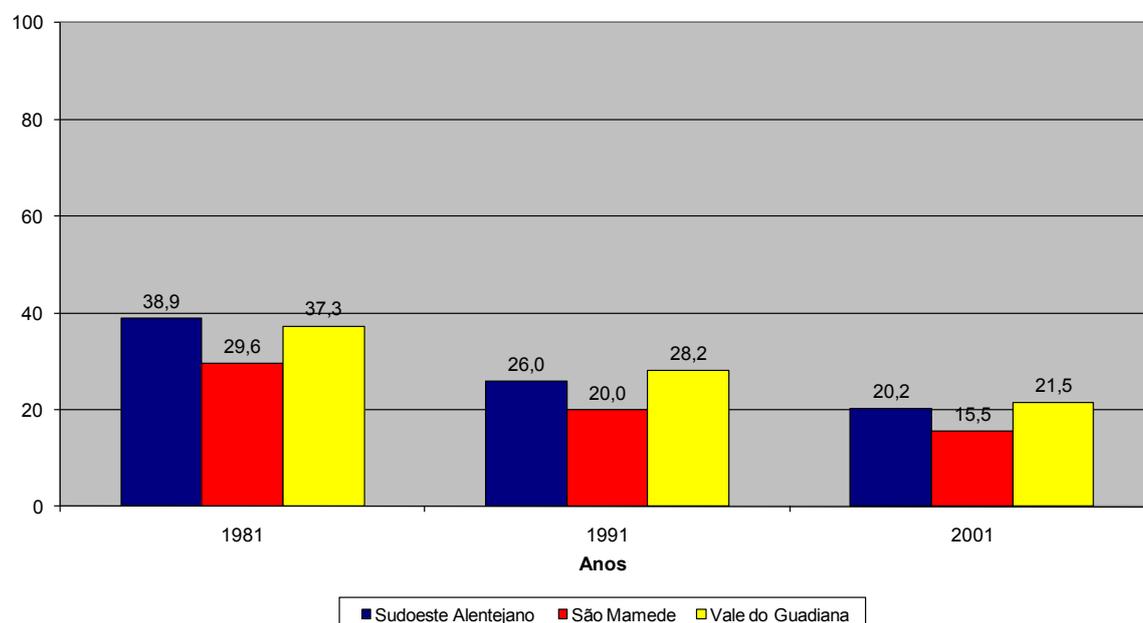
No que diz respeito à taxa de desemprego, a região com a situação mais favorável também é a de São Mamede - registando até valores abaixo dos verificados no Alentejo (8,4%) e no Continente (6,9%) -, seguida da do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Uma vez mais, o Vale do Guadiana apresenta a pior situação das três regiões, com uma taxa de desemprego bastante superior à verificada nas restantes regiões, incluindo o Alentejo e o Continente.

Figura 8 – Evolução da Taxa de Desemprego por região 1981, 1991 e 2001



Para finalizar, entre 1981 e 2001, o analfabetismo diminuiu bastante nas três regiões, principalmente no Vale do Guadiana. No entanto, esta região continua a ser aquela onde se regista a maior taxa de analfabetismo, seguida da do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Apesar da redução da taxa de analfabetismo, os valores das três regiões continuam muito acima dos valores verificados no Alentejo (15,9%) - São Mamede é a única região que regista valores de analfabetismo ligeiramente inferiores aos do Alentejo- e no Continente (8,9%).

Figura 9 – Evolução da Taxa de Analfabetismo por região 1981, 1991 e 2001



Em termos de dinâmica demográfica a região do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina é a região que apresenta a situação mais favorável, sendo a de São Mamede a que aponta para melhores resultados ao nível socio-económico⁵ – das três regiões é a que apresenta a taxa de actividade mais elevada e as taxas de desemprego e analfabetismo mais reduzidas⁶. Por oposição, o Vale do Guadiana apresenta-se como a região mais deprimida, quer em relação aos indicadores demográficos, quer em relação aos indicadores socio-económicos.

Apesar das diferenças entre estas três regiões alentejanas, e na confluência das propostas de Moreira (2001) e Pedroso (1998), podemos considerá-las como espaços sociais rurais desfavorecidos e profundos. Espaços:

- Onde se verifica um acentuado envelhecimento demográfico,
- Caracterizados por baixas densidades populacionais, com diversas formas de povoamento (dos pequenos aglomerados ao povoamento disperso), apresentando amplas paisagens de dominante não construída;
- Nos quais a população apresenta níveis bastantes baixos de qualificação escolar e literacia;

⁵ Segundo Lopes (2001) a região de São Mamede apresenta uma significativa *performance* competitiva, que depende fortemente de um pequeno número de unidades que giram em torno do complexo termal existente na região.

⁶ Resultado também da existência de um estabelecimento de ensino superior politécnico na região.

- Marcados pela dependência económica e simbólica de formas de exploração dos recursos naturais (quer ao nível da produção agrícola, quer no desenvolvimento de serviços ligados ao turismo) e pela quebra da actividade agrícola enquanto actividade dominante;
- Mas nos quais o seu estatuto legal de conservação da natureza lhes confere multifuncionalidade, pluriactividade e a possibilidade de reconversão através da qualificação ambiental que apresentam.

3. Reconversão do Espaço Rural: um processo linear?

Para analisar se de facto esta diversidade condiciona, ou não, a aceitação, por parte das populações e órgãos do poder local, da criação de áreas protegidas nos territórios onde residem, optou-se pela análise de conteúdo de artigos de jornal. Na medida em que se está perante uma análise de processos que ocorreram no passado, seria bastante difícil, *a posteriori*, reconstituir essas situações. Deste modo, o número e o conteúdo dos artigos dos jornais apresentaram-se como indicadores possíveis, entre outros, para avaliar a participação dos diferentes actores sociais nos processos de criação e gestão das áreas protegidas.

Neste sentido, foi feito um levantamento exaustivo dos artigos publicados dos artigos publicados no *Público* e em jornais regionais e locais, entre os anos de 1990 e 2002, muito embora nos casos do Parque Natural da Serra de São Mamede e do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, a pesquisa também tenha abrangido os finais dos anos 80, período que compreende a criação e classificação destes dois parques⁷.

⁷ O PNSSM foi criado em 1989, o PNSACV foi reclassificado em 1995 (esta área protegida é criada inicialmente como Paisagem Protegida em 1988) e o PNVG foi criado em 1995.

Quadro 4 – Artigos sobre os Parques Naturais (1988-2002)

TEMA		PNSACV	PNSSM	PNVG	TOTAL
Acções externas ao parque		14	16	6	36
Actividades e projectos	Parque	2	3	3	8
	Outras Instituições	6	4	1	11
	Parceria	-	3	-	3
Criação/gestão do Parque		20	4	9	33
Paisagem		3	4	5	12
Políticas, programas E legislação ambiental		14	5	4	24
Ordenamento do Território	Parque	8	-	-	8
	Geral	25	1	-	26
	PP	12	-	-	12
Total		104	41	28	173

Dos três parques analisados, o do Vale do Guadiana é aquele, cuja existência parece ter suscitado menor contestação (designadamente no número total de artigos encontrados) à sua existência. Nenhum acontecimento relevante é mencionado na imprensa e os artigos estão maioritariamente relacionados com a classificação/gestão do parque.

Os actores que mais intervêm na criação e desenvolvimento do parque são os actores associativos. Num primeiro momento, com um papel bastante importante na classificação da área protegida. Num segundo momento, após a criação da área protegida, na elaboração de projectos em parceria com o parque natural.

Os próprios representantes do parque natural visam a valorização de tudo o que é local, apostando nas actividades tradicionais, de forma a contribuir para o desenvolvimento endógeno da região.

De igual modo, os eleitos locais tendem a conceber o parque como um meio de promover o desenvolvimento da região, de combater a desertificação e, assim, inverter a lógica de regressão demográfica que se vive na região.

Apenas a população local parece estar contra a área protegida, usando argumentos que enfatizam as restrições impostas pelo ordenamento do território e encarando o parque como algo proibitivo, que condiciona as suas actividades.

Num espaço onde o maior problema é o combate à desertificação e regressão demográficas (visível nos indicadores analisados), a criação do parque é tida como positiva. O parque, enquanto espaço multifuncional de conservação da natureza, apresenta-se, essencialmente, como um espaço no qual se promovem actividades que potenciam o “local”, daí

que seja entendido como um motor de desenvolvimento e seja aceite pelos diferentes actores do poder local.

Em situação oposta, encontra-se o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, cuja criação suscitou maior resistência junto da população. As acções de protesto, protagonizadas pelos diferentes actores sociais, estão essencialmente relacionadas com as questões do ordenamento do território. Em virtude da diversidade de instrumentos de ordenamento do território que regem a região, o parque é considerado, por um lado, como um elemento adicional que restringe e condiciona as actividades das populações e por outro, como um instrumento capaz de travar a pressão urbano-turística que se faz sentir na zona. Relativamente a este parque, os eleitos locais e os actores associativos são os actores com maior intervenção.

Os eleitos locais encaram o parque natural como restritivo, principalmente para o desenvolvimento da actividade turística. Além disso consideram que não se oferecem as devidas compensações às populações. A sua resistência não tem tanto a ver com as questões relativas às pressões urbanas, dirige-se antes contra uma entidade de gestão do espaço (o parque natural), constituída por pessoas “de fora”, que vêm impor condicionantes e regras de utilização próprias a um espaço físico que sempre consideraram seu.

Os actores associativos, com um papel bastante activo, mobilizam-se no sentido de ver cumprida a legislação, nomeadamente no que toca à articulação dos diversos planos de ordenamento que regem o território, para que as actividades de conservação da natureza não sejam postas em causa. Assumem, deste modo, um papel de monitorização, que provavelmente caberia ao próprio parque natural.

A aposta da administração local tem sido no turismo de sol e praia, que incidindo nos vários ramos do terciário, tem vindo a gerar uma maior ocupação da população. Contudo, e na medida em que o objectivo do parque é o de resistir às pressões urbanísticas existentes na zona (com a aplicação de instrumentos de ordenamento do território), ele é tido pelos autarcas como mais um elemento restritivo à actividade turística, considerada a “galinha dos ovos de ouro” de desenvolvimento da região. Daí que a sua aceitação não seja positiva por parte destes actores.

Entre estes dois parques está o da Serra de São Mamede, detentor de uma situação intermédia em termos dos indicadores sócio-demográficos analisados.

Em termos gerais, todos os actores encaram a área protegida como algo positivo para a região. O único que manifesta a sua oposição é um empresário, responsável pela construção de um empreendimento turístico/campo de golfe, numa área inserida no parque natural. O seu discurso assenta fundamentalmente na seguinte ideia: “desenvolvimento económico igual a

crescimento económico”, encarando o parque natural como um bloqueio ao processo de modernização, nomeadamente ao desenvolvimento da actividade turística.

Os actores que mais participam são os associativos, não só como intervenientes em acções que impeçam o avanço da construção do referido empreendimento turístico, mas também noutras situações que ponham em causa a conservação dos elementos naturais do parque. Estes actores são ainda os promotores de diversos projectos de conservação da natureza.

O parque parece ser assim considerado como inócuo e positivo, uma forma de valorizar o turismo já existente na região, um turismo assente na sustentabilidade e na promoção dos modos de vida rurais tradicionais.

4. Conclusão

Ao longo deste trabalho procurou-se verificar a linha de argumentação: que a reconversão do espaço rural, através da sua qualificação ambiental, não é um processo linear, nem confirma realidades homogéneas. Pelo contrário, a diversidade territorial condiciona a eficácia das medidas tomadas. Para analisar esta realidade, estudou-se o processo de instituição de áreas protegidas em três espaços rurais territorialmente diferenciados – Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Serra de São Mamede e Vale do Guadiana.

Em primeiro lugar, a reconversão do espaço rural português está envolvida num contexto mais vasto, que abrange a PAC e outras medidas que não são concebidas especificamente como instrumentos das políticas de ambiente, e a sua relação com o mundo rural (cf. Joaquim, 1994). Concretamente, apesar da regressão da agricultura enquanto actividade principal e o crescimento do plurirendimento e da pluriactividade agrícolas terem alterado o funcionamento económico das áreas rurais portuguesas, a redefinição, «compulsiva» do espaço rural, no nosso país, está ainda muito associada à modernização e ao aumento da produção e produtividade agrícolas.

Em segundo lugar, mesmo que se queira assumir que a instituição de áreas protegidas pode ser uma forma de mediação entre as políticas de ambiente e as políticas de desenvolvimento em meio rural, a criação de espaços protegidos em Portugal ocorreu muito antes de se equacionar o futuro dos espaços rurais no quadro da qualificação ambiental. A criação de espaços protegidos está mais vocacionada para o incremento de actividades de índole recreativa e turística do que para a promoção de actividades de desenvolvimento em meio rural (turismo e lazer encontram-se inscritos na própria definição legislativa de parque natural), e a valorização do seu património natural e cultural tende muitas vezes a colocar unicamente no turismo a panaceia de todos os males, deitando por terra a ideia base do desenvolvimento em

meio rural: a da diversificação das actividades.

Em terceiro lugar, da análise da informação empírica relativa aos casos em estudo, concluí-se que os espaços rurais não são todos iguais, existindo entre eles uma diversidade que, na maioria dos casos, não é contemplada nos diplomas de instituição das áreas protegidas.

Estas três áreas têm em comum o facto de se caracterizarem como espaços sociais rurais desfavorecidos. São espaços marcados por baixas densidades populacionais e pela dependência económica e simbólica de diversas formas de aproveitamento dos recursos naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento de pequenos serviços ligados ao turismo onde coexistem diversas formas de povoamento (de pequenos núcleos urbanos a vastas áreas despovoadas). Espaços onde se verifica um acentuado envelhecimento demográfico e onde os níveis de qualificação dos recursos humanos são baixos, inviabilizando, dessa forma, a capacidade endógena de desenvolvimento. No entanto, o estatuto legal de conservação da natureza, que abrange grande parte dos seus territórios, proporciona-lhes a multifuncionalidade e a pluriactividade, bem como uma possibilidade de reconversão através da qualificação ambiental.

A região do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, embora marcada por fortes traços de ruralidade, apresenta-se como uma região periurbana, na medida em que se situa próxima de cidades com alguma importância económica (Sines). É uma região fortemente influenciada pela litoralização da indústria e dos serviços, sendo, por isso, entre as três regiões em análise, aquela que tem tido maior capacidade de atracção populacional. Efectivamente, de 1991 para 2001 a balança migratória permitiu compensar o crescimento natural negativo da região.

Em situação oposta encontra-se a região do Parque Natural do Vale do Guadiana, que constitui uma região periférica, marcada pela falência da agricultura e por fortes processos de marginalização económica. Caracteriza-se, ainda, por ser uma região em regressão demográfica. Nos últimos 20 anos tem registado perdas bastante acentuadas de população activa e de população em idade de procriar.

A região do Parque Natural da Serra de São Mamede, em comparação com as outras duas, apresenta-se como uma região intermédia, com a particularidade de nunca ter sofrido processos de declínio demográfico e económico acentuados. Apresenta, em 2001, a estrutura populacional mais equilibrada.

Se, em espaços já tocados pela urbanização, a criação de uma área protegida é considerada como restritiva ao livre uso do território e como negativa para a afirmação de um modelo de desenvolvimento associado ao crescimento económico – como é o caso do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – em espaços marginalizados e

desfavorecidos do ponto de vista socioeconómico e demográfico, pelo contrário, uma área protegida é encarada como um possível factor de desenvolvimento, implicando a apropriação de novos modelos de desenvolvimento, baseados na sustentabilidade económica, social e ecológica, como é o caso do Parque Natural do Vale do Guadiana, e em parte do Parque Natural da Serra de São Mamede.

Em quarto lugar, e independentemente da definição de modelos de desenvolvimento orientados exclusivamente para a conservação da natureza ou para o desenvolvimento sustentável, os dados empíricos permitem-nos distinguir quatro tipos de actores sociais que, de forma directa ou indirecta, reagem à instituição das áreas protegidas em espaço rural: as populações locais, as associações de defesa do ambiente, os órgãos do poder local e as instituições de conservação da natureza.

O facto da criação de espaços protegidos se apresentar como um processo que não é gerado localmente, conduz a diversas formas de conflitos (latentes e manifestos) entre estes actores. Conflitos assentes em diferentes representações, legitimidades e interesses acerca dos modelos de desenvolvimento económico em meio rural e da centralidade que o ambiente, traduzido ou não em políticas de conservação natureza, pode assumir nesses mesmos modelos.

O papel-chave que certos actores sociais podem desempenhar na criação, no desenvolvimento e na gestão das áreas protegidas, leva a crer que no futuro o debate terá que incidir sobre o papel que a dimensão ambiental pode assumir nas várias políticas e medidas de renovação e reconversão das áreas rurais, sobre a fragilidade da requalificação assentar unicamente no ambiente como vantagem comparativa na promoção da actividade turística e sobre a possibilidade (ou não) de articular conservação da natureza e desenvolvimento económico.

5. Bibliografia

INE (1994 a 2002) Anuário Estatístico da Região Alentejo. Évora.

INE (1995 a 2002) Anuário Estatístico da Região Algarve. Faro.

INE (1981 a 2001) Estatísticas Demográficas. Lisboa.

INE (1982) XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação - Distritos de Beja, Faro, Portalegre e Setúbal. Lisboa.

INE (1993) XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação - Região Alentejo. Lisboa.

INE (1993) XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação - Região Algarve. Lisboa.

INE (2002) XIV Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação - Região Alentejo. Lisboa.

INE (2002) XIV Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação - Região Algarve. Lisboa.

Joaquim G (1994) Turismo e ambiente: complementaridade e responsabilidade. Contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico Dissertação de mestrado, ISCTE, Lisboa.

Lopes, R (2001) *Competitividade, Inovação e Territórios*. Celta Editora, Oeiras.

Moreira, M (2001) *Globalização e Agricultura: zonas rurais desfavorecidas*. Celta Editora, Oeiras.

Pedroso, P (1998) *Formação e Desenvolvimento Rural*. Celta Editora, Oeiras.